

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 - A Propriedade no Resgate do Coletivo.....	15
1.1. Abordagem estrutural da propriedade	20
1.2. Dimensão histórica: trata-se da propriedade moderna (la propriété)	22
1.3. Dimensão econômica: o ter como substância	27
1.4. Dimensão política: o coletivo absorvido pelo Estado.....	29
1.5. Dimensão jurídica: como forma, apenas	31
1.6. Dimensão axiológica: a ética proprietária <i>erga omnes</i> <i>et erga omnia</i>	33
1.7. Aspectos positivos do modelo da propriedade moderna: revisão estrutural	35
1.8. Resgate da propriedade na Pós-Modernidade	38
1.9. A propriedade romana como contraponto	40
1.10. A propriedade constitucional: duelo de paradigmas	44
1.11. Propriedade comum e especial: dois perfis e um paradigma a construir	46
1.11.1. A Propriedade comum.....	46
1.11.2. As Propriedades especiais.....	48
Propriedades especiais: classificação	49
Propriedades especiais particulares.....	49
Capítulo 2 - Função Social da Propriedade	65
2.1. O perfil jurídico-político da função social no ordenamento brasileiro	66
2.2 O aspecto estrutural da função social.....	72
2.3. Um Contraponto histórico: a república romana	76
2.4. A dimensão coletiva da propriedade contemporânea no Ordenamento Jurídico brasileiro	93
2.5. O arcabouço constitucional do coletivo e da função social	100
2.6. O perfil teórico e doutrinário da função social da propriedade: duas faces.....	102
2.7. O perfil doutrinário da função social entre autores brasileiros	107
2.8. A jurisprudência brasileira: um dilema.....	108

Capítulo 3 - Exercício e Tutela dos Direitos Coletivos.....	113
3.1. O Perfil do exercício e da tutela dos direitos	115
3.2. O exercício e a tutela dos direitos no paradigma participativo.....	117
3.3. O contraponto romano na tutela do coletivo: equilíbrio das instituições	123
3.4. O processo coletivo legislativo.....	126
3.5. O processo administrativo coletivo	131
3.6. O processo coletivo judicial.....	134
3.7. Coletivo difuso e coletivo propriamente dito.....	138
3.8. O processo romano de contraponto	139
3.9. Movimento de codificação do direito processual coletivo: limitado ao parâmetro dos interesses difusos	146
3.10. Em suma, o novo perfil do exercício e da tutela dos bens coletivos.....	154
3.11. A Transformação do direito privado em face da autonomia jurídica do coletivo constitucional.....	158
 Conclusão	 161
 Referências Bibliográficas	 167